

EMPREENDEDORISMO INSTITUCIONAL: UMA PERSPECTIVA BIBLIOMÉTRICA

FELIPE PINHEIRO DOS SANTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
felipepinheiro1422@gmail.com

TÁCIA BARRETO
taciapsicologa@hotmail.com

CARLOS ANDRÉ DA SILVA MULLER
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
carlosandre@unir.br

EMPREENDEDORISMO INSTITUCIONAL: UMA PERSPECTIVA BIBLIOMÉTRICA

RESUMO

As instituições são meios para capturar e internalizar os ganhos oriundos da competitividade do mercado mediante as suas características informais e regras formais que desenvolvem uma coercitividade em prol da coletividade, envolvendo tanto atividades econômicas individuais quanto organizacionais. Independentemente de suas características institucionais, a organização se move pelos agentes que a legitimam, e são estes atores sociais da instituição que desempenham estratégias e planos que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável da instituição não somente no viés ambiental, mas também econômico e social. Sendo percebido como um agente que detém maior habilidade para desenvolver ações sem considerar o campo organizacional em que está inserido, o empreendedor institucional se destaca como um fator importante. Realizou-se uma bibliometria em relação ao Empreendedorismo Institucional, verificando os principais autores, periódicos e quantidade de citações para posteriormente efetuar uma meta-análise. Nesse contexto, indaga-se: Qual é a principal abordagem que está sendo tratada a respeito do Empreendedorismo Institucional? Percebeu-se que o empreendedor institucional promove alterações na organização, persuadindo seus pares e influenciando até mesmo os superiores a fim de que a sua intenção seja materializada, legitimando o seu comportamento perante os demais atores, ratificando a importância do empreendedor para o desenvolvimento sustentável da instituição.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Empreendedorismo Institucional. Teoria Institucional.

INSTITUTIONAL ENTREPRENEURSHIP: A BIBLIOMETRIC PERSPECTIVE

ABSTRACT

Institutions are a means to capture and internalize gains from market competitiveness through their informal characteristics and formal rules that develop coercivity for the community, involving both individual and organizational economic activities. Regardless of its institutional characteristics, the organization moves through the agents that legitimize it, and is these social actors of the institution who carry out strategies and plans that can contribute to the sustainable development of the institution not only in the environmental perspective but also in the economic and social bias. Perceived as an agent that has greater ability to develop actions without considering the organizational field in which it is inserted, the institutional entrepreneur stands out as an important factor. A bibliometric method was done in relation to Institutional Entrepreneurship, verifying the main authors, periodicals and quantity of citations to later carry out a meta-analysis. At this context, asked: What is the main approach that is being addressed regarding Institutional Entrepreneurship? Thus, it was noticed that the institutional entrepreneur promotes changes in the organization, persuading its peers and influencing even the superiors so that their intention to be materialized, legitimizing their behavior towards the other actors, ratifying the importance of the entrepreneur for the sustainable development of institution.

Key Words: Entrepreneurship. Institutional Entrepreneurship. Institutional Theory.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento das aglomerações populacionais e o desenvolvimento da economia na dinâmica do século XXI são oriundos de decisões históricas que precisam ser consideradas para a compreensão do comportamento não somente das instituições existentes, mas também das organizações que não resistiram à entropia, como também dos novos modelos que estão surgindo e dos formatos que ainda irão sobreviver.

A composição das organizações por indivíduos com condutas distintas requer um sistema de normas e orientações que visem delimitar e cercar a amplitude de escolha e o próprio empoderamento da pessoa humana em prol de um objetivo coletivo. Este objetivo representa pontos em comuns do ambiente em que está a organização, a razão pela qual foi criada a instituição e a maneira como acontece o relacionamento sustentado desta para com o mercado e para com a sociedade.

Independentemente de suas características institucionais, a organização se move pelos agentes que a legitimam, e são estes atores sociais da instituição que desenvolvem estratégias e planos que podem tanto contribuir para o progresso quanto para a retrocedência da instituição perante o campo organizacional em que está inserida, exigindo empreendedores institucionais para o desempenho sustentável da sua missão.

Os empreendedores institucionais sobrechegam de modo em que os interesses da organização são potencializados no lugar dos interesses individuais, a fim de que o elo seja reforçado e conseqüentemente as demais interligações criadas e estabelecidas para a formação de um arcabouço em que todo o sistema obtenha vantagem, e não somente uma parte de maneira isolada, o que requer consciência dos vieses ambiental, econômico e social utilizados por esses empreendedores institucionais.

Nesse contexto, indaga-se: Qual é a principal abordagem que está sendo tratada a respeito do Empreendedorismo Institucional? Para responder a esta questão, objetiva-se verificar o que os estudos delineiam a respeito do empreendedorismo institucional, e mais especificamente, realizar-se-á uma bibliometria e posteriormente desenvolver-se-á uma meta-análise, ambos os métodos para averiguar a temática Empreendedorismo Institucional.

A importância deste trabalho está embasada no fato de que a compreensão do comportamento empreendedor dos atores de uma instituição contribui para que a organização estabeleça parcerias, empreenda de forma sustentável, e permaneça ativa no mercado, não apenas na perspectiva econômica, e sim conciliando o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social e ambiental.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria Institucional e Empreendedorismo Institucional

A Teoria Institucional tem como marco os estudos de Douglas North, verificando o processo histórico de desenvolvimento econômico e o posicionamento adotado para superar os custos de transação mediante a criação das instituições (FIANI, 2002; GALA, 2003). North (1991) destaca que as instituições são agentes imprescindíveis de uma sociedade, atribuindo a estas a responsabilidade de um progresso sustentável.

As instituições são, então, meios para capturar e internalizar os ganhos oriundos da competitividade do mercado mediante as suas características informais e regras formais que desenvolvem uma coercitividade em prol da coletividade, envolvendo tanto atividades econômicas individuais quanto organizacionais (NORTH, 1991), o que impacta o ambiente em que estão presentes.

Em uma perspectiva neo-institucional, DiMaggio (1988) ressalta a importância dos agentes que compõem a instituição, elencando-os como pontos-chave para a efetividade da

instituição quando do estabelecimento de novas metas e perspectivas em uma nova lógica emergente, chamada de empreendedorismo institucional, por ser a organização resultado das interações dos indivíduos que a compõem.

Sendo percebido como um agente que detém maior habilidade para desenvolver ações sem considerar o campo organizacional em que está inserido, uma vez que o campo organizacional tende a limitar a conduta dos atores, o empreendedor institucional se destaca como um fator importante no arcabouço teórico da Teoria Institucional (DIMAGGIO, 1988), o qual desenvolve suas habilidades no campo social e político da instituição conforme os diferentes tipos de projetos desenvolvidos (FLIGSTEIN, 1997).

O empreendedor institucional representa a interligação da agência e os atores sociais, descaracterizando o campo organizacional como fator imprescindível para a ação social, por mais que este seja resultado da interação organizacional e interorganizacional. Os empreendedores institucionais criam então todo um novo sistema de significados que une o funcionamento de conjuntos díspares da instituição. (DIMAGGIO, 1988).

Desse modo, os empreendedores institucionais são atores organizados com recursos suficientes que aproveitam as oportunidades para implementar os seus interesses mais valorosos (DIMAGGIO, 1988). Além disso, os empreendedores institucionais buscam inspirar incessantemente os demais atores a fim de que hajam de maneira cooperativa, compartilhando os mesmos significados e construindo uma identidade comum (FLIGSTEIN, 1997).

Infere-se que os empreendedores institucionais otimizam ao máximo os recursos disponíveis, utilizando-os de forma sustentável para que os ganhos oriundos do mercado permaneçam sendo incorporados pela organização, porém, sem explorar de modo medieval o ambiente do qual a instituição se retroalimenta e a sociedade interessada que influencia e está sendo influenciada pelas ações organizacionais.

3 METODOLOGIA

Após a delimitação da temática que seria levantada e abordada na pesquisa, neste caso, o Empreendedorismo Institucional, buscou-se verificar os possíveis caminhos que poderiam ser percorridos para o desenvolvimento do estudo, tendendo-se tanto para a adoção de uma meta-análise quanto para uma bibliometria. Então, procurou-se conhecer realmente o que seria cada uma dessas duas possibilidades.

Segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011), a meta-análise mescla os resultados de variados trabalhos primários, aplicando fórmulas estatísticas e aprimorando, assim, a validade e a objetividade dos resultados. Percebe-se que na meta-análise, sintetiza-se, codifica-se e insere-se cada estudo em um banco de dados quantitativo.

Além disso, a meta-análise surge como um procedimento quantitativo para sistematizar a produção de um campo científico específico, como também busca fazer comparações entre os resultados que foram obtidos em cenários distintos de cada pesquisa, observando a variabilidade dos métodos, identificando não somente a contribuição teórica, mas também metodológica e empírica (CHUEKE E AMATUCCI, 2015; SANTOS E CUNHA, 2013).

Cabe ressaltar ainda, que Santos e Cunha (2013) explicitam a meta-análise como sendo rigorosa e sistemática, que permite a extração de resultados sólidos devido ao rigor procedimental, voltada para a combinação de resultados diferentes, seja em um mesmo campo de pesquisa ou não. Entretanto, os autores a percebem como uma investigação que tende a ser secundária, e por isso, analisar quantitativamente os resultados tende a diminuir a subjetividade da interpretação.

Lovatto *et al* ainda reforçam que “a meta-análise é superior às formas tradicionais de revisão de literatura”, possibilitando a obtenção de informações relevantes com custos reduzidos na mensuração dos dados. No entanto, para a obtenção de êxito, exige-se disciplina

nos procedimentos de realização da meta-análise (LOVATTO *ET AL.*). Sendo assim, a meta-análise aparece como um método estatístico considerado no momento de uma revisão sistemática, visando que os resultados das pesquisas sejam integrados.

Em consonância com a descrição de uma meta-análise, resta evidente a necessidade de procedimentos bem delimitados e organizados. De igual modo, cabe abordar a bibliometria para que ambos os métodos sejam expostos e compreendidos. Dessa forma, a bibliometria, tendo em vista que este método busca o mapeamento das origens dos conceitos pesquisados, aponta as lentes teóricas principais e as motivações da pesquisa (CHUEKE E AMATUCCI, 2015; GUEDES E BORSCHIVER, 2005).

A bibliometria também considera os estudos mediante uma perspectiva quantitativa da produção, disseminação e utilização da informação, desenvolvendo padrões matemáticas para mensurar esse processo (GUEDES E BORSCHIVER, 2005; VANTI, 2002). Em conformidade com Chueke e Amatucci (2015), “no campo das ciências sociais aplicadas, os estudos bibliométricos se concentram em examinar a produção de artigos em um determinado campo de saber”.

Araújo (2002) ressalta que “a bibliometria originalmente conhecida como ‘bibliografia estatística’ [...] utiliza mais métodos quantitativos do que discursivos. Assim, a utilização de métodos quantitativos na busca por avaliação objetiva da produção científica é o ponto central da bibliometria”. Dessa maneira, cabe expor três leis da bibliometria:

Quadro 1: Leis da bibliometria.

Lei de Lotka	Lei de Dispersão	Lei de Zipf
Significar dizer que uma grande proporção da produção científica está sendo desenvolvida por um pequeno número de autores, e uma larga quantidade de pequenos autores se iguala, em produção, ao pequeno número de grandes autores.	Constata-se que mais da metade da totalidade de artigos úteis para o campo científico não estavam sendo considerados pelos serviços de indexação e resumos, encontrando-se uma dispersão de um determinado assunto em um mesmo grupo de periódicos.	Demonstra a correlação existente entre palavras num determinado campo de estudo, explicitando que a frequência do aparecimento das palavras em vários textos, ocasiona uma lista organizada de termos de uma determinada disciplina ou assunto.

Fonte: Araújo (2002); Chueke e Amatucci (2015); Guedes e Borschiver (2005); Vanti (2002).

Pautando-se na Lei de Lotka, formulou-se a lei do elitismo de Price, a qual afirma que o “número de membros da elite corresponde à raiz quadrada do número total de autores, e a metade do total da produção é considerado o critério para se saber se a elite é produtiva ou não” (ARAÚJO, 2002). No que tange à Lei de Dispersão, cabe ressaltar o conceito de produtividade relativa, o qual argumenta que um determinado grupo de periódicos de uma área específica não está composto dos periódicos mais voltados para a temática própria.

Em relação à Lei de Zipf, infere-se a existência de uma economia no uso de palavras, e se houver a tendência de utilizar um mínimo, significa dizer que as palavras não se dispersarão, muito pelo contrário, as palavras tendem a ser repetidas, indicando assim que se trata de uma temática que pode ser caracterizada pelas palavras mais utilizadas (ARAÚJO, 2002).

Guedes e Borschiver (2005) evidenciam que “o padrão de distribuição das leis e dos princípios bibliométricos segue a máxima: ‘poucos com muito e muito com poucos’”. Ademais, estes autores afirmam que a quantidade de citações pode ser um critério utilizado na bibliometria, como um critério direcionador para avaliações dos trabalhos.

No que se refere à delimitação dos critérios que orientarão tanto a bibliometria quando a meta-análise, a adoção de critérios para incluir ou excluir os trabalhos precisam estar explícitos na pesquisa, além do fato de que devem ser objetivos e claros (BOTELHO, CUNHA E MACEDO, 2011), o que não impede a reorganização no processo de busca dos estudos.

Para complementar os critérios, Vanti (2002) realça que “os índices bibliométricos também são utilizados para avaliar a produtividade e a qualidade da pesquisa dos cientistas, por meio da medição com base nos números de publicações”. Outrossim, Araújo (2002), Botelho, Cunha e Macedo (2011), além do próprio Vanti (2002), evidenciam a possibilidade de incluir o critério ‘fator de impacto’ para filtrar os estudos.

Alicerçando-se no exposto, optou-se primeiramente pela realização de uma bibliometria para identificar a produção e disseminação do conhecimento em relação ao Empreendedorismo Institucional, verificando os principais autores, periódicos e quantidade de citações para posteriormente se utilizar da meta-análise a fim de que sejam observadas as principais questões levantadas pelos estudos encontrados, como resultado dos procedimentos metodológicos utilizados.

Utilizou-se da ferramenta *Publish or Perish*, a qual busca artigos de acordo com os critérios informados pelo usuário. Assim, no campo *All of the Words*, pesquisou-se a temática mediante a língua inglesa, *Institutional Entrepreneurship*, sendo posteriormente exportado para o software Excel. Ainda assim, no espaço *Any of the Words*, novamente fez uma pesquisa utilizando o termo *Institutional Entrepreneurship*, a fim de também extrair tais dados para o software Excel e assim estabelecer critérios de delimitação para a bibliometria.

Realizou-se a consolidação dos dados encontrados nos dois campos para então excluir os trabalhos que estavam em formatos DOC, que eram livros e os estudos que apareceram somente como sendo citações. Logo, permaneceram as pesquisas em formato PDF e HTML, além dos estudos que não possuíam classificação específica. Após os critérios, para a pesquisa em *All of the Words* foram encontrados 981 trabalhos, e em *Any of the Words* se apresentaram 984 estudos. Somaram-se os dados, excluíram-se as pesquisas duplicadas e restaram 1382 trabalhos.

Observa-se nos 1382 estudos que o número de citações variou de 10579 citações para o artigo mais citado, e somente uma citação para a pesquisa menos citada, encontrando-se trabalhos desde 1931 até 2016, representando um vasto horizonte temporal. Logo, para delimitar os estudos, procurou-se somente pesquisas que continham no título a expressão *Institutional Entrepreneurship*, quando então foram listados 105 trabalhos que atendiam ao critério exposto.

Os 105 estudos foram buscados na rede mundial de computadores com o objetivo de que a partir do referido momento, fosse realizada a leitura dos títulos. Entretanto, foram encontrados somente 90 arquivos, em formato PDF, para realização da leitura dos títulos de cada pesquisa, depreendendo-se que a quantidade de vezes que os trabalhos foram citados reduziu para 1550 referente ao trabalho mais citado cujo título contém a terminologia *Institutional Entrepreneurship*, e duas citações para o estudo menos citado.

Exposto o cenário descrito acima, encerrou-se a etapa do método bibliométrico para se utilizar a meta-análise. Sob a perspectiva de transição da bibliometria para a meta-análise, os 90 estudos foram relacionados em conformidade com a classificação de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e almejando à uma base consistente, optou-se por trabalhar somente com as pesquisas publicadas em periódicos A1 e A2.

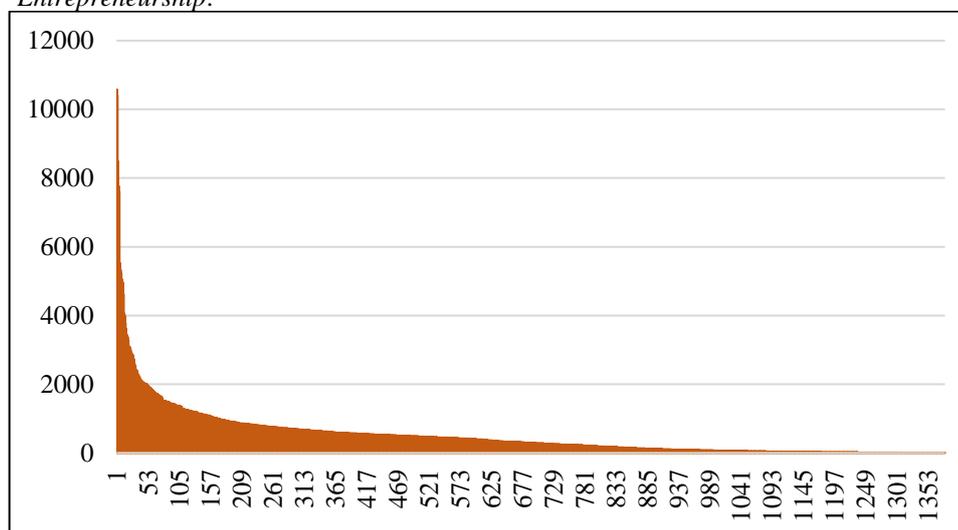
O critério de analisar especificamente os artigos publicados em periódicos A1 e A2, apresentou 20 estudos, dentre os 90 encontrados na internet. Visando ao aprofundamento nos 20 trabalhos remanescentes e o conhecimento do histórico destes 20 estudos, foi realizada a busca dos referidos trabalhos na base *Scopus*, porém, 3 trabalhos não foram encontrados na referida plataforma. Desse modo, a meta-análise contou com 17 pesquisas a respeito de Empreendedorismo Institucional, as quais foram completamente lidas e pormenorizadamente estudadas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Primeiramente, torna-se importante salientar que foram realizados procedimentos metodológicos a fim de encontrar pesquisas desenvolvidas na língua portuguesa, ou seja, ao invés de buscar por *Institutional Entrepreneurship*, procurou-se por Empreendedorismo Institucional, entretanto, após verificar somente os trabalhos que continham no título o termo Empreendedorismo Institucional, somente 22 estudos permaneceram na listagem, sendo que o trabalho que mais foi citado possuía cinco citações desde 2011, e não apresentava a classificação do periódico.

Considerando a disparidade dos dados obtidos mediante as expressões *Institutional Entrepreneurship* e Empreendedorismo Institucional, optou-se por desenvolver este trabalho com as pesquisas oriundas da língua inglesa. Assim, foram percebidos 1382 trabalhos sobre a temática, com uma grande variabilidade no número de vezes em que foram citados, como apresentando no Gráfico 1:

Gráfico 1: Trabalhos encontrados mediante a busca pelo termo *Institutional Entrepreneurship*.

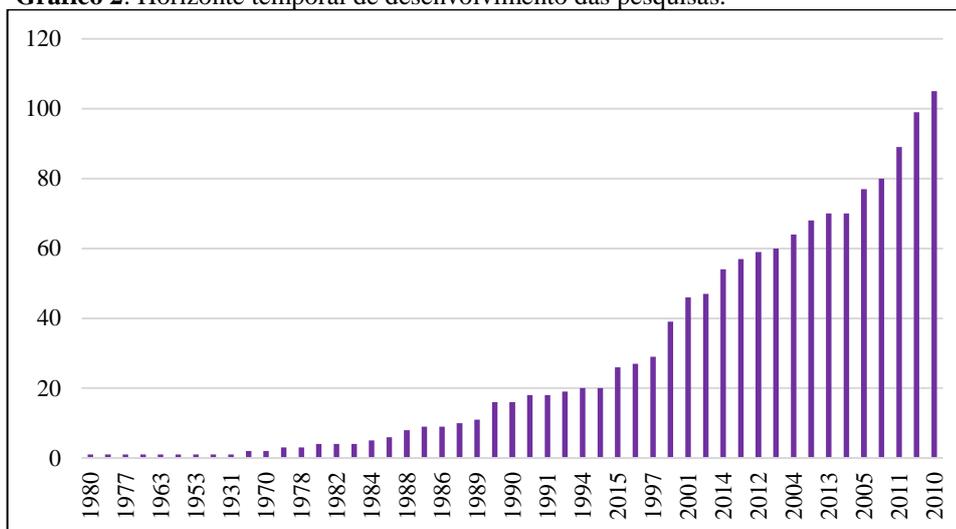


Fonte: Dados da Pesquisa.

Para os 1382 estudos encontrados, observa-se um número total de 702.962 vezes em que estes trabalhos foram citados, apresentando uma média aritmética simples de que cada pesquisa tenha sido citada 508 vezes. Contudo, somente os dois primeiros trabalhos mais citados foram reportados 20.976 vezes, e os dez primeiros foram apontados 70.994 vezes. O gráfico evidencia assim a disparidade entre a quantidade de ocasiões em que os trabalhos foram citados pela comunidade. Com toda certeza, há de se considerar referências que foram efetivadas, mas não atestadas.

Depreende-se que 0,007% do total de trabalhos representam 10% do total de vezes em que os trabalhos foram citados por outros autores, reforçando a máxima descrita por Guedes e Borschiver (2005) de que existem poucos com muito e muito com poucos, apesar do horizonte temporal. Assim, vale constar que os 1382 foram desenvolvidos a partir de 1931, considerando o ano final para delimitar a pesquisa como o ano de 2016, horizonte exposto no Gráfico 2:

Gráfico 2: Horizonte temporal de desenvolvimento das pesquisas.

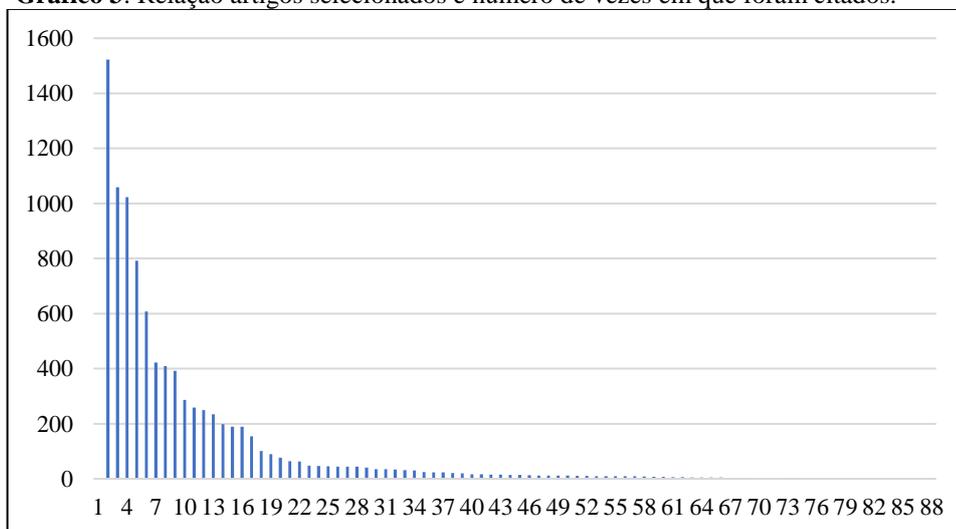


Fonte: Dados da Pesquisa.

O ano de maior produção de trabalhos englobando o empreendedorismo institucional foi o ano de 2010, com 105 pesquisas, seguido de 2007, quando foram publicados 99 estudos, e em terceiro, o ano de 2011, com 89 trabalhos. Percebe-se que desde 2000, foram publicadas 1087 pesquisas relacionadas ao tema, demonstrando a contemporaneidade da temática, sendo que destes, 736 foram publicados nos últimos dez anos. Apesar de não poder generalizar com base nos 17 trabalhos estudados, depreendeu-se com o crescimento se deu também pelo entendimento de que o empreendedor institucional contribui para o desenvolvimento sustentado da organização perante o meio na qual se encontra.

Restringindo-se então para os 90 estudos que continham no título a expressão *Institutional Entrepreneurship*, observa-se que os 90 equivalem a 10861 vezes em que foram citados, representando uma média de 123 ocasiões em que um artigo tenha sido citado, demonstrando o referido cenário no Gráfico 3. No mais, salienta-se que os 90 trabalhos encontrados são artigos publicados em periódicos, tendo em vista o critério delineado na metodologia deste estudo.

Gráfico 3: Relação artigos selecionados e número de vezes em que foram citados.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Os dois primeiros artigos mais citados representam aproximadamente 28% do total em que os estudos foram citados, ou seja, foram reportados 3073 vezes. Os dez artigos que foram mais vezes referenciados, englobam 8066 citações. Nesse contexto, infere-se que 11% dos artigos fazem referência a 74% do total de vezes em que os 90 artigos foram citados. Para melhor visualização da relação, encontra-se a consolidação no Quadro 2:

Quadro 2: Artigos, quantidades de vezes em que foram citados e o ano de publicação.

Ano de Publicação	Vezes em que foram citados	Quantidade de artigos
1998	31	1
2000	46	1
2002	1023	1
2004	1956	3
2005	1041	3
2006	1893	4
2007	1952	10
2008	20	4
2009	1309	2
2010	229	7
2011	764	13
2012	174	9
2013	293	13
2014	82	7
2015	74	8
2016	17	4

Fonte: Dados da Pesquisa.

Infere-se que 23 artigos, os quais estão distribuídos dentre seis anos, foram citados em torno de 9174 vezes, de maneira geral, resultando em uma média de aproximadamente 398 vezes em que cada artigo tenha sido citado. Logicamente que cada artigo se destaca de maneira individualizada, o que impossibilita generalizações arbitrárias.

Prosseguindo com o trabalho, após tais observações, a análise foi direcionada para os 17 artigos publicados em periódicos A1 e A2, encontrados na rede mundial de computadores. Os 17 artigos estão classificados no Quadro 3 em conformidade com a quantidade de vezes em que foram citados, representando um geral aproximado de 6000 citações no total, o que permitiria que cada artigo tenha sido citado, em média, 352 vezes.

No entanto, os três primeiros artigos mais referenciados foram citados juntos 4096 vezes, enquanto que o menos reportado, foi citado somente em cinco ocasiões, como explicitado. Depreende-se que o método bibliométrico possibilitou verificar como o conhecimento relativo ao Empreendedorismo Institucional tem sido produzido.

O Quadro 3 ainda evidencia que não ocorre uma repetição maciça dos autores relacionados os trabalhos publicados sobre Empreendedorismo Institucional, porém, a contemporaneidade exposta mediante o ano em que foram realizadas as publicações faz com que seja entendido o aperfeiçoamento relacionado à temática aqui abordada, concedendo maior segurança e importância a este estudo.

Logo em seguida, encontra-se o Quadro 4 composto pelos títulos das pesquisas publicadas nos periódicos A1 e A2, para corroborar com o rigor metodológico seguido e requerido para o desempenho da bibliometria e da meta-análise.

Quadro 3: Artigos publicados em periódicos A1 e A2.

Vezes que foram citados	Autores dos Artigos	Ano de Publicação
1550	S Maguire, C Hardy, TB Lawrence	2004
1523	R Greenwood, R Suddaby	2006
1023	R Garud, S Jain, A Kumaraswamy	2002
608	S Dorado	2005
259	FR Khan, KA Munir, H Willmott	2007
234	F Wijen, S Ansari	2007
199	TB Zilber	2007
189	J Child, Y Lu, T Tsai	2007
154	M Perkmann, A Spicer	2007
90	HE Aldrich	2012
77	SC Hung, R Whittington	2011
44	S Dorado	2013
34	SI McGaunbheu	2013
25	K Buhr	2012
12	L DiVito	2012
9	H Stale	2017
5	I Qureshi, GM Kistruck, B Bhatt	2016

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quadro 4: Títulos dos artigos publicados em periódicos A1 e A2.

Título
Institutional entrepreneurship in emerging fields: HIV/AIDS treatment advocacy in Canada
Institutional entrepreneurship in mature fields: The big five accounting firms
Institutional entrepreneurship in the sponsorship of common technological standards: The case of Sun Microsystems and Java
Institutional entrepreneurship, partaking, and convening
A dark side of institutional entrepreneurship: Soccer balls, child labour and postcolonial impoverishment
Overcoming inaction through collective institutional entrepreneurship: Insights from regime theory
Stories and the discursive dynamics of institutional entrepreneurship: The case of Israeli high-tech after the bubble
Institutional entrepreneurship in building an environmental protection system for the People's Republic of China
Healing the scars of history': Projects, skills and field strategies in institutional entrepreneurship
The emergence of entrepreneurship as an academic field: A personal essay on institutional entrepreneurship
Agency in national innovation systems: Institutional entrepreneurship and the professionalization of Taiwanese IT
Small groups as context for institutional entrepreneurship: An exploration of the emergence of commercial microfinance in Bolivia
Institutional entrepreneurship in North American lightning protection standards: Rheotirical history and unintended consequences of failure
The inclusion of aviation in the EU emissions trading scheme: Temporal conditions for institutional entrepreneurship
Institutional entrepreneurship in constructing alternative paths: A comparison of biotech hybrids
Examining the relationship between emerging and prevailing institutional logics in an early stage of institutional entrepreneurship
The enabling and constraining effects of social ties in the process of institutional entrepreneurship

Fonte: Dados da Pesquisa.

A partir de então, a meta-análise buscou averiguar as abordagens relacionadas ao tema, com base nos 17 artigos identificados em periódicos A1 e A2, dos quais as ideias estão expostas no Quadro 5:

Quadro 5: Perspectivas dos 17 artigos publicados em periódicos A1 e A2.

Artigos	Abordagem
MAGUIRE, S; HARDY, C. e LAWRENCE, T. B. (2004)	O empreendedorismo institucional exige atenção redobrada para as diferenças existentes entre atores individuais e atores organizacionais, tendo em vista o capital social e cultural desenvolvido pelos indivíduos e pelas organizações.
GREENWOOD, R. e SUDDABY, R. (2006)	Uma nova forma organizacional é uma instância consequente do empreendedorismo institucional, porém, a efetivação das mudanças pode não acontecer por fatores que vão além do empreendedor institucional.
GARUD, R.; JAIN, S. e KUMARASWAMY, A. (2002)	A vinculação entre o empreendedorismo institucional e a utilização de novas tecnologias está cada vez maior, uma vez que novas tecnologias possibilitam a abertura da caixa preta da instituição para a ação do empreendedor institucional.
DORADO, S. (2005)	Existem três perfis de mudança institucional: empreendedorismo, participação e convocação. Nesse contexto, a percepção dos atores institucionais se torna empreendedora quando há oportunidade transparente para empreender.
KHAN, F. R.; MUNIR, K. A. e WILLMONT, H. (2007)	Concentrando-se no lado mais sombrio do empreendedorismo institucional, resiste-se e desafia-se a tendência de exclusão do poder como um conceito relevante para o empreendedorismo institucional, apesar de ser imprescindível para os atores institucionais.
WIJEN, F. e ANSARI, S. (2007)	Os empreendedores institucionais coletivos se engajam para cumprir papéis complementares no trabalho realizado para a instituição, por ser isto necessário para a realização e manutenção da ação coletiva.
ZILBER, T. B. (2007)	O empreendedorismo institucional é muito mais polifônico, pois, quando se trata de relatar eventos que têm implicação direta na ordem institucional, os empreendedores institucionais podem colaborar ou concorrer uns com os outros, ao mesmo tempo.
CHILD, J.; LU, Y. e TSAI, T. (2007)	É preciso ainda trabalhar para capturar não apenas o amplo conjunto de eventos que representam os pontos decisivos na construção de um campo organizacional, mas também identificar os empreendedores institucionais envolvidos e seus papéis na criação de elementos institucionais específicos.
PERKMANN, M. e SPICER, A. (2007)	Os empreendedores institucionais se envolvem com os campos em que estão presentes, o que faz com que a natureza do empreendedorismo institucional varie à medida que a institucionalização dos campos aconteça.
ALDRICH, H. E. (2012)	A formação da comunidade é resultado dos próprios empreendedores institucionais, ocasionando também mudanças, contribuindo e influenciando um processo contínuo de empreendedorismo institucional.
HUNG, S. C. e WHITTINGTON, R. (2011)	O empreendedorismo institucional também pode ampliar o repertório de políticas para aqueles que trabalham dentro de uma perspectiva voltada para os sistemas de inovação, podendo interromper a circularidade dos sistemas.
DORADO, S. (2013)	Deve-se explorar a potencial sobreposição do empreendedor institucional perante o envolvimento dos demais indivíduos, considerando uma ação empreendedora quando avança, muda ou prejudica práticas institucionais, lógicas ou estruturantes.
MCGAUGHEY, SARA L. (2013)	Para ser um empreendedor institucional, é necessária a habilidade de motivar a cooperação dos e entre os outros a fim de promover significados comuns e o compartilhamento da identidade institucional.
BUHR, K. (2012)	O empreendedorismo institucional está situado em um poderoso contexto temporal, porém, dependente de uma janela de oportunidade que se abre apenas rara e brevemente, devido aos fatores exógenos e endógenos que limitam o progresso regulatório.
DIVITO, L. (2012)	A hibridização dos sistemas institucionais resulta de elementos recombinados de economias de mercado liberais, concedendo aos empreendedores institucionais caminhos alternativos e formas inovadoras de coordenar ou organizar a atividade econômica.
STAL, H. (2011)	Embora o empreendedorismo institucional venha sendo descrito como uma atividade que indique uma ruptura com as lógicas institucionais existentes, em um nível micro, a ruptura não está tão evidente.
QURESHI, I.; KISTRUCK, G. M. e BHATT, B. (2016)	Sugere-se uma ligação entre o ambiente institucional e os empreendedores institucionais, de maneira direta ou de forma indireta, através de modelos que mediam interesses da organização e do indivíduo.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Um ponto relevante percebido nos artigos analisados, é a relação entre os empreendedores institucionais e os campos organizacionais. Para que o empreendedorismo institucional seja efetivo, é necessário que se avalie os elementos, recursos e as condições do campo organizacional, uma vez que estes fatores podem estimular, fortalecer ou potencializar essa ação, favorecendo ou dificultando o processo de empreender.

Infere-se que o empreendedor institucional tende a ser um ator mais ativo em campos emergentes e dinâmicos. De outro modo, quando o campo organizacional se encontra estável, a influência e iniciativa do empreendedor institucional tende a ser menor. Sobre essa perspectiva, deve-se considerar as inúmeras limitações desta atuação profissional, no qual inclui-se as limitações econômicas, sociais e políticas, além das limitações próprias da instituição, requerendo que a organização estimule o empreendedorismo para a prática de negócios sustentáveis.

Entretanto, as próprias ações dos empreendedores institucionais fazem com que os campos organizacionais sejam aos poucos estabilizados, uma vez que os empreendedores tornam os campos sustentados por ações que se preocupam com o ambiente, as partes interessadas e o desempenho econômico, independentemente das variadas intervenções que os outros atores institucionais possam realizar. Desse modo, o empreendedor institucional promove alterações na organização, no viés ambiental, econômico e social, seja mediante reuniões formais, conversas informais e interpessoais, persuadindo seus pares, e até mesmo superiores a fim de que a sua intenção seja materializada, legitimando o seu comportamento perante os demais atores que compõem a instituição.

Observa-se então que a instituição deve possuir características que potencialize a ação do empreendedor institucional, favorecendo um campo organizacional dinâmico, mas com práticas consolidadas e direcionadas para o interesse da organização a fim de que a sustentabilidade das relações se fortaleça e que tal fortalecimento não onere a missão da instituição.

5 CONCLUSÕES

Mediante a realização da bibliometria, conclui-se que ocorreu um fenômeno descrito por Araújo (2002), chamado de epidemia teórica, demonstrando a propagação de pesquisas relacionadas ao Empreendedorismo Institucional devido ao crescimento da quantidade de estudos desenvolvidos e até mesmo pelo quantitativo de vezes que os principais trabalhos foram citados.

A meta-análise demonstrou perspectivas distintas relacionadas aos estudos. Contudo, sugere-se a continuidade de pesquisas se utilizando deste método para comparar os resultados. Além disso, a referida análise possibilitou a generalização de um ponto de vista central, o qual abarca a relação do empreendedorismo institucional com os campos organizacionais.

Outro cenário resultante do delineamento dos procedimentos metodológicos desenvolvidos neste estudo, foi o fato de que os principais trabalhos cujo título continham Empreendedorismo Institucional são perspectivas aplicadas da teoria. Ou seja, utiliza-se da lente teórica a respeito do empreendedor institucional para averiguar a forma como estes atores se comportam perante uma instituição e ambiente específicos.

Portanto, a principal abordagem que está sendo tratada a respeito do Empreendedorismo Institucional está voltada para os campos organizacionais e a maneira pela qual os empreendedores institucionais se relacionam com estes campos. Depreendeu-se, neste cenário, a imprescindibilidade do empreendedor institucional para ocasionar tanto a mudança quanto a estabilização de um campo organizacional de modo sustentável.

REFERÊNCIAS

- ALDRICH, H. E. *The Emergence of Entrepreneurship as na Academic Field: a personal essay on institutional entrepreneurship*. Elsevier, 2012.
- ARAÚJO, V. de C.. **A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho**. Brasília: ENAP, 2002.
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A. e MACEDO, M.. **O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais**. *Gestão e Sociedade*, v. 05, n. 11, p. 121-136. Belo Horizonte: maio/ago. 2011.
- BUHR, K. *The Inclusion of Aviation in the EU Emissions Trading Scheme: temporal conditions for institutional entrepreneurship*. *Organization Studies*, 2012.
- CHILD, J.; LU, Y. e TSAI, T. *Institutional Entrepreneurship in Building and Environmental Protection System for the People's Republico f China*. *Organization Studies*, 2007.
- CHUEKE, G. V. e AMATUCCI, M. **O que é bibliometria?** Uma introdução ao Fórum. *Revista Eletrônica de Negócios Internacionais*, v. 10, n. 2, p. 1-5. São Paulo: maio/ago. 2015.
- DIMAGGIO, P. J. *Institutional Patterns and Organizations*. Interest and agency in institutional theory. In. L. Zucker, pp. 3-22, 1988.
- DIVITO, L. *Institutional Entrepreneurship in Constructing Alternative Paths: a comparison of biotech hybrids*. Elsevier, 2012.
- DORADO, S. *Institutional Entrepreneurship, Partaking, and Convening*. *Organization Studies*, 2005.
- DORADO, S. *Small Groups as Context for Institutional Entrepreneurship: an exploration of the emergence of commercial microfinance in Bolivia*. *Organization Studies*, 2013.
- FIANI, R. **Crescimento econômico e liberdades: a economia política de Douglas North**. *Economia e Sociedade*, v. 11, pp. 45-62, 2002.
- FLIGSTEIN, N. *Social skill and Institutional Theory*. *American Behavioral Scientist*, pp. 397-405, 1997.
- GALA, P. **A Teoria Institucional de Douglas North**. *Revista de Economia Política*, v. 23, 2003.
- GARUD, R.; JAIN, S. e KUMARASWAMY, A. *Institutional Entrepreneurship in the Sponsorship of Common Technological Standards: the case of Sun Microsystems and Java*. *Academy of Management*, v. 45, pp. 196-214, 2002.
- GREENWOOD, R. e SUDDABY, R. *Institutional Entrepreneurship in Mature Fields: the big five accouting firms*. *Academy of Management*, v. 49, pp. 27-48, 2006.
- GUEDES, V. L. S. e BORSCHIVER, S. **Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

- HUNG, S. C. e WHITTINGTON, R. *Agency in National Innovation Systems: institutional entrepreneurship and the professionalization of Taiwanese IT*. Elsevier, 2011.
- KHAN, F. R.; MUNIR, K. A. e WILLMONT, H. A *Dark Side of Institutional Entrepreneurship: soccer balls, child labour and postcolonial impoverishment*. Organization Studies, 2007.
- LOVATTO ET AL. **Meta-análise em Pesquisas Científicas** - enfoque em metodologias. Revista Brasileira de Zootecnia, v. 36, pp. 285-294, 2007.
- MAGUIRE, S; HARDY, C. e LAWRENCE, T. B. *Institutional Entrepreneurship in Emerging Fields: HIV/AIDS treatment advocacy in Canada*. Academy of Management, v. 47, pp. 657-679, 2004.
- MCGAUGHEY, S. L. *Institutional Entrepreneurship in North American Lighting Protection Standar: rhetorical history and unintended consequence of failure*. Griffith University, Australia, 2013.
- NORTH, D. C. *Institutions*. Journal of Economic Perspectives, v. 5, pp. 97-112, 1991.
- PERKMANN, M. e SPICER, A. *'Healing the Scars of History': projects, skills and field strategies in institutional*. Organization Studies, 2007.
- QURESHI, I.; KISTRUCK, G. M. e BHATT, B. *The Enabling and Constraining Effects of Social Ties in the Process of Institutional Entrepreneurship*. Organization Studies, 2016.
- SANTOS, E. J. F. e CUNHA, M. **Interpretação Crítica dos Resultados Estatísticos de uma Meta-Análise**: estratégias metodológicas. Millenium, v. 44, pp. 85-98, 2013.
- STAL, H. *Examining the Relationship between Emerging and Prevailing Institutional Logics in an Early Stage of Institutional Entrepreneurship*. Journal of Change Management, v. 11, pp. 421-443, 2011.
- VANTI, N. A. P. **Da bibliometria à webometria**: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e difusão do conhecimento. Ci. Inf., v. 31, n. 02, p. 152-162. Brasília, maio/ago. 2002.
- ZILBER, T. B. *Storis and the Discursive Dynamics of Institutional Entrepreneurship: the case of Israeli high-tech after the bubble*. Organization Studies, 2007.
- WIJEN, F. e ANSARI, S. *Overcoming Inaction through Collective Institutional Entrepreneurship: insights from regime theory*. Organization Studies, 2007.